

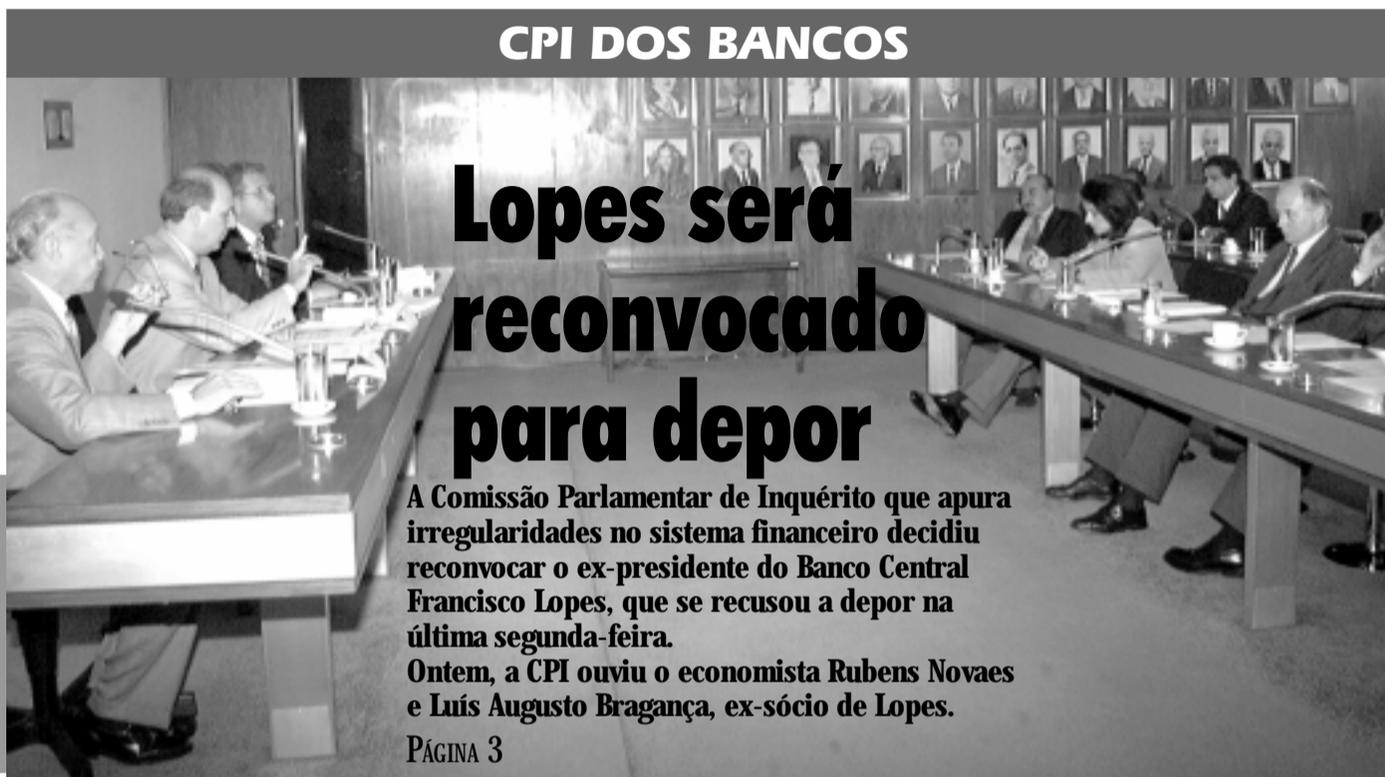
CPI DOS BANCOS

Lopes será reconvocato para depor

A Comissão Parlamentar de Inquérito que apura irregularidades no sistema financeiro decidiu reconvocar o ex-presidente do Banco Central Francisco Lopes, que se recusou a depor na última segunda-feira. Ontem, a CPI ouviu o economista Rubens Novaes e Luís Augusto Bragança, ex-sócio de Lopes.

PÁGINA 3

Rubens Novaes (na Mesa, ao lado dos senadores João Alberto e José Roberto Arruda) negou à CPI que tenha sido o elo entre o Banco Central e o Banco Marka



■ CCJ

Aprovada anistia para eleitor que não votou em 98

PÁGINA 5

■ CAS

Subprocurador e Gregori falam de cidadania

PÁGINA 5

■ AUDIÊNCIA

Privatização do setor elétrico é debatida

PÁGINA 7

Os presidentes da Câmara, Michel Temer, e do Senado, Antonio Carlos Magalhães, durante a inauguração do busto de Luís Eduardo



Congresso homenageia Luís Eduardo

O Congresso Nacional realizou ontem sessão solene em memória do ex-presidente da Câmara Luís Eduardo Magalhães, morto em abril do ano passado. A Câmara também realizou solenidade para inaugurar um busto do ex-deputado, que passou a dar o nome ao anexo II da Casa. Pai de Luís Eduardo, o presidente do Congresso, Antonio Carlos Magalhães, disse que lutar pelo "Brasil dos seus sonhos" é a melhor homenagem que pode ser prestada ao filho.

PÁGINA 8

CPI DO JUDICIÁRIO

Juiz fala mas não convence senadores

Mais de quatro horas de depoimento não foram suficientes para o presidente em exercício do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT-PB), Ruy Elóy, afastar as suspeitas de irregularidades que recaem sobre o tribunal. Membros da CPI consideraram vagas as explicações do juiz.

PÁGINA 4



Ruy Elóy admitiu que autorizou a compra de equipamentos na empresa do filho



Sebastião Rocha acredita que assassinato de líder do MST tenha sido encomendado

Rocha pede ajuda da Polícia Federal para investigar crime no Amapá

O senador Sebastião Rocha (PDT-AP) comunicou que pediu ao ministro da Justiça, Renan Calheiros, em audiência realizada ontem, que analise a possibilidade de a Polícia Federal assumir as investigações do assassinato da líder do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST), Maria de Nazaré Mineiro, ocorrido no ano passado, no município amapaense de Laranjal do Jari.

A justificativa do senador para fazer a solicitação ao ministro é que o clima continua tenso na região. Ele denunciou que até familiares da vítima, como um filho que assumiu a coordenação dos trabalhos do MST, vêm sendo ameaçados.

— Estive também com o secretário nacional de Direitos Humanos, José Gregori, e pedi sua intervenção para que o Conselho Nacional em Defesa dos Direitos da Pessoa Humana analise o caso — relatou.

Sebastião Rocha disse que o crime tem características de ter sido encomendado, já que Maria de Nazaré Mineiro foi assassinada dentro de sua própria casa, por volta das 22h30, quando acabava de retornar de um culto evangélico. O senador acrescentou que uma pessoa encapuzada atirou na cabeça da ex-líder do MST, que morreu instantaneamente. “Até agora, nem o criminoso nem o mandante foram presos.”

Em outro registro, Sebastião Rocha anunciou que a Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados aprovou ontem um projeto de resolução de autoria do senador pelo Amapá, criando o diploma do mérito educativo Darcy Ribeiro. “Este projeto vai estimular a atuação dos trabalhadores da educação básica do país”, previu.

Plenário discute garantia de verba para saúde

Proposta analisada em segundo turno prevê percentual mínimo de recursos para o SUS

O Senado realiza sessão plenária hoje, às 10h, devendo cumprir o primeiro dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que obriga a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios a destinar percentuais mínimos de verbas para o Sistema Único de Saúde (SUS). Esse dinheiro é repassado pelo SUS para hospitais estaduais, municipais e conveniados, para atendimento público gratuito.

Os senadores deverão também discutir, em turno único, projeto de resolução que autoriza a União a contratar operação de crédito externo equivalente a até US\$ 500 milhões junto ao Banque Paribas, destinada ao financiamento de bens e serviços necessários ao Programa de Reaparelhamento da Marinha.

Está também prevista a discussão, em turno único, de projeto que autoriza o Estado do Amazonas a contratar operação de crédito de até R\$ 357 milhões, conforme o contrato de abertura de crédito

celebrado com a União, o qual teve a intervenção do Banco do Estado do Amazonas, da CEF e do Banco Central.

Outra matéria em pauta é o projeto de decreto legislativo que aprova o texto da convenção sobre proibição do uso, armazenamento, produção e transferência de mina antipessoal, e a sua destruição.

O tempo destinado aos oradores da Hora do Expediente da sessão deliberativa de hoje será utilizado para comemorar o Dia do Trabalho, em razão de requerimento apresentado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA) e outros parlamentares. Estão inscritos para discursar os senadores Ademir Andrade, Emilia Fernandes (PDT-RS), Mozarildo Cavalcante (PFL-RR), Eduardo Suplicy (PT-SP), Luiz Estevão (PMDB-DF), Moreira Mendes (PFL-RO), Heloisa Helena (PT-AL), Arlindo Porto (PTB-MG), José Eduardo Dutra (PT-SE), Lauro Campos (PT-DF), Gilvam Borges (PMDB-AP) e Sebastião Rocha (PDT-AP).

Suplicy quer ouvir BNDES sobre ajuda a empresas endividadas

O Bloco Oposição, anunciou ontem o senador Eduardo Suplicy (PT-SP), está entrando com requerimento solicitando esclarecimentos ao ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Celso Laffer, sobre notícia de que o BNDES irá realizar uma operação de crédito para financiar as 90 maiores empresas brasileiras, endividadas em moeda estrangeira. Com isso, essas empresas poderão alongar seus débitos. Entre outras questões, a oposição quer saber qual o valor dessa dívida que o BNDES vai ter de trocar, qual o amparo legal para o lançamento desses títulos, que garantias as empresas endividadas darão ao BNDES e quais os efeitos dessa iniciativa sobre a concentração de renda e riqueza.

Segundo Suplicy, na arquitetura dessa operação estaria incluída a criação de uma empresa nas Ilhas Cayman com finalidade de lançar títulos no mercado internacio-

nal em troca dos papéis de empresas brasileiras emitidos no exterior. Ele pergunta por que o BNDES está escolhendo um paraíso fiscal e não o Brasil para a operação.

— No momento em que esta Casa está averiguando, na CPI do Sistema Financeiro, o favorecimento de determinadas empresas na troca de suas dívidas, essas operações de socialização de prejuízos devem, no mínimo, passar pela análise do Senado — defendeu o senador petista.

O senador Artur da Távola (PSDB-RJ), em aparte, disse que, se Suplicy está convicto de que autoridades tomam decisões para beneficiar grupos, não deveria participar da CPI, já que dá a entender que tem uma posição formada, não precisando, portanto, realizar apuração. Suplicy aceitou a ponderação de Távola, dizendo que realmente a CPI ainda não concluiu seus trabalhos.



Mozarildo considera o turismo ecológico a alternativa mais inteligente para a região

Mozarildo defende estímulo ao ecoturismo na Amazônia

Ao comentar o interesse internacional que vem se acentuado nos últimos anos pela Amazônia, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) defendeu ontem a implantação de uma proposta de ecoturismo como alternativa de desenvolvimento para a região. Ele sugeriu que o governo federal e os governos estaduais passem a investir em projetos de infra-estrutura que promovam uma ocupação econômica inteligente, mas sem comprometer o patrimônio ecológico do Norte do país.

— O turismo ecológico caracteriza a política de exploração ética e economicamente mais viável e inteligente para a região. Sem provocar quaisquer arranhões na reprodução de sua biodiversidade, a proposta do ecoturismo visa atender a duas exigências fundamentais da vida moderna: a auto-sustentação econômica e a conservação incondicional do meio ambiente — explicou Mozarildo Cavalcanti.

Segundo o senador, apesar de aparentemente antagônicas, a economia e a ecologia podem ser aliadas na busca pelo desenvolvimento da Amazônia.

Mozarildo citou artigo recente do empresário Antonio Ermírio de Moraes, no qual afirma que o Brasil pode conquistar lugar de destaque no panorama econômico mundial, mediante investimentos no setor do turismo.

Em aparte, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) elogiou a iniciativa de Mozarildo, ao mesmo tempo em que cobrou do governo federal a liberação de mais verbas para a região.

AGENDA

QUINTA-FEIRA, 29 DE ABRIL DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

▶ 11h - Preside sessão deliberativa ordinária

PLENÁRIO

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária
Hora do Expediente: O tempo destinado aos oradores será destinado a comemorar o Dia do Trabalho.

Pauta: Primeiro dia de discussão, em segundo turno, da *PEC nº 19/97, que dispõe sobre percentuais mínimos de recursos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios para a implementação, funcionamento e gestão do Sistema Único de Saúde (SUS); *PRS nº 48/99, que autoriza a União a contratar operação de crédito externo, no valor equivalente a até US\$ 500 milhões, junto ao Banque Paribas, destinada ao financiamento de bens e serviços necessários ao Programa de Reaparelhamento da Marinha; *PDL nº 29/99, que aprova o texto da convenção sobre a proibição do uso, armazenamento, produção e transferência de mina antipessoal e sobre a sua destruição; *PRS nº 49/99, que autoriza o estado do Amazonas a contratar operação de crédito, consubstanciada no contrato de abertura de crédito celebrado com a União, com a intervenção do Banco do Estado do Amazonas S/A, da Caixa Econômica Federal e do Banco Central do Brasil, em 13/11/98, no valor de até R\$ 357 milhões; *Requerimento nº 161/99, do senador Paulo Hartung, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 14 e 75, de 1999, por versarem sobre o prazo de renegociação das dívidas dos estados e do Distrito Federal junto à União; e *Requerimento nº 162/99, do senador Artur da Távola, solicitando a retirada, em caráter definitivo, do PLS nº 40/99, de sua autoria, que autoriza o Instituto de Resseguros do Brasil (IRB) a doar à Sociedade Civil de Amparo ao Menor “A Minha Casa” o imóvel que especifica.

COMISSÕES

▶ 10h - CPI do Judiciário
Pauta: Exposição do deputado Giovanni Queiroz. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

▶ 16h30 - CPI do Sistema Financeiro
Pauta: Depoimentos de Sérgio Bragança e de Alexandre Pundek. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

PREVISÃO

PLENÁRIO

Sexta-feira (30.4.99)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães

1º Vice-Presidente: Geraldo Melo

2º Vice-Presidente: Ademir Andrade

1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima

2º Secretário: Carlos Patrocínio

3º Secretário: Nabor Júnior

4º Secretário: Casildo Maldaner

Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115

Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070

Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336

Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima

Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impressa pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CPI aprova nova convocação de Francisco Lopes

Autor do requerimento de criação da comissão, senador Jader Barbalho esclarece que recusa em assinar termo de compromisso não isentará convocado do depoimento, cujos termos poderão ser confirmados por duas testemunhas



Ao lado do senador Arruda, presidente em exercício da CPI do sistema financeiro, Luís Augusto Bragança (D) depõe e apresenta sua versão para a ajuda ao Marka

Bragança admite ter ajudado Marka

O consultor financeiro Luís Augusto Bragança confirmou ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito ter viajado do Rio a Brasília, na manhã do dia 13 de janeiro, na tentativa de ajudar o dono do Banco Marka, Salvatore Cacciola, a ter acesso à diretoria do Banco Central.

Bragança informou que fez isso a pedido do também consultor Rubens Novaes (veja matéria abaixo) e por ter-se sensibilizado com o estado de Cacciola, surpreendido na desvalorização do real com 12.600 contratos em dólares ao preço de R\$ 1,22. “Não vi nada de desabonador”, disse Bragança em resposta ao relator da CPI do Sis-

tema Financeiro, senador João Alberto (PFL-MA).

Em Brasília, Bragança ligou a Francisco Lopes, então presidente do Banco Central, convidando-o a tomar um café da manhã. O objetivo era conseguir que Cacciola pudesse expor sua situação à diretoria do BC.

Lopes, mal deixando Bragança terminar, teria dito, conforme o relato do consultor: “Vou lembrar a você que nossa amizade não inclui interferência sua em assunto interno do BC. O problema receberá os trâmites normais do banco”.

Quanto à situação do Marka, Bragança afirmou que poderia haver reflexo no mercado, pelo fato de o banco ter

vendido um número “extremamente elevado” de contratos.

De posse das primeiras listagens da quebra de sigilo telefônico, os senadores Roberto Freire (PPS-PE) e Pedro Simon (PMDB-RS) revelaram a ocorrência de várias ligações de Bragança para o BC nos dias 13 e 14.

O consultor negou que ele e o irmão, Sérgio Bragança, sócio da consultoria Macrométrica, vendessem informações privilegiadas a instituições financeiras. Os senadores Roberto Freire e João Alberto, ao contrário, afirmaram que os depoimentos de Rubens Novaes e de Luís Augusto Bragança não permitem essa conclusão.

Novaes nega interferência no BC para socorrer Cacciola

O consultor econômico Rubens Novaes negou ontem, em depoimento na CPI do Sistema Financeiro, que seja o elo entre um possível informante do Banco Central e o ex-dono do Banco Marka, Salvatore Cacciola, como chegou a ser noticiado.

Novaes confirmou ser amigo de Cacciola há mais de 30 anos e viajou com ele a Brasília, no dia 13 de janeiro último, a pedido do próprio empresário, “que estava desesperado e podia perder seu banco”.

Interrogado pelo relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), o consultor afirmou que só ficou sabendo da extensão dos problemas do Banco Marka, que apostara na manutenção da política cambial, quando se encontrou com Cacciola, no mesmo dia 13 de janeiro.

Novaes afirmou ter ouvido do então dono do Marka que ele apostara no real levando em consideração que o gover-

no brasileiro estava fechando um pacote de ajuda internacional, liderado pelo FMI, no valor de US\$ 40 bilhões.

Respondendo à senadora Emilia Fernandes (PDT-RS), o consultor disse que seu telefone celular foi usado por outra pessoa que viera no mesmo avião com Cacciola, o economista Luís Augusto Bragança, amigo do então banqueiro e também amigo de Francisco Lopes. Garantiu não ter feito qualquer ligação de seu próprio celular para o Banco Central.

Interrogado pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA), o consultor afirmou que o economista Luís Augusto Bragança participou de café da manhã com Francisco Lopes, no dia 14 de janeiro, mas teria levado “um passa-fora” do ex-presidente do BC ao tratar dos problemas do Marka. A expressão, disse, foi usada pelo próprio Bragança.

Bello Parga faz exames cardiológicos

O Instituto do Coração (Incor) do Hospital das Clínicas emitiu nota comunicando que o senador Bello Parga (PFL-MA) foi ali internado às 8h30 de ontem, a fim de ser submetido a exames de avaliação – laboratoriais, ultrassonografia, ecocardiograma, eletrocardiograma de esforço, cintilografia miocárdica e estudo radiológico.

Simultaneamente à nota do Incor, o gabinete do senador Bello Parga informou que esses exames foram solicitados pelo Serviço Médico do Senado, podendo ser complementados por outros, desde que o cardiologista que o assiste, José Antonio Ramires, assim entenda necessário. O gabinete também anunciou que, após a conclusão dos exames, o que está previsto para hoje, o senador regressará a Brasília, para suas atividades normais.

O Incor informa que, no momento, o paciente encontra-se no quarto, sem restrições alimentares, de locomoção ou comunicação.

A requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS), a CPI do Sistema Financeiro decidiu ontem reconvocar para depoimento Francisco Lopes, ex-presidente do Banco Central. Não há data para o comparecimento e ficou acertado que o relator, senador João Alberto (PMDB-MA), recomendará a oportunidade para a nova convocação.

Francisco Lopes compareceu à CPI na última segunda-feira, mas se recusou a assinar o termo de compromisso de só falar a verdade e entregou documento afirmando que não iria depor. Ante a negativa, o presidente da CPI deu ordem de prisão ao ex-dirigente do BC por desobediência e desacato a autoridade.

No início da reunião na CPI, ontem, o senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB no Senado, lembrou que o ministro Sepúlveda Pertence, do STF, decidiu que ninguém pode recusar-se a depor perante uma CPI e, diante da decisão, a comissão de inquérito deve tomar o depoimento mesmo que um convocado não concorde em assinar o termo de compromisso.

Jader sustentou que, nesse caso, a

CPI pegaria a assinatura de dois presentes para comprovar as declarações do depoente e isso resolveria o impasse. “A negativa não isentará a testemunha”, afirmou. Ele informou que isso já ocorreu em outras CPIs do Congresso, inclusive na comissão que investigou irregularidades na tramitação do Orçamento, presidida pelo então senador Jarbas Passarinho.

– Não devemos ter ansiedade intempestiva em trazer as pessoas à CPI. Estamos começando agora os trabalhos da CPI. Não há pressa em ouvir agora Francisco Lopes – afirmou Jader Barbalho, autor do requerimento de criação da CPI.

O vice-presidente da CPI do Sistema Financeiro, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), que presidiu os trabalhos ontem, afirmou que Francisco Lopes recebeu ordem de prisão não apenas por ter-se recusado a assinar o termo de compromisso. Explicou que Lopes entregou à presidência da CPI documento com suas ponderações, o qual concluía que não iria depor à comissão de inquérito. Foi também com base na negativa de depor que recebeu ordem de prisão.

ACM considera útil presença de representante do governo

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, reafirmou ontem seu entendimento de que “seria útil que alguma autoridade do governo fosse à CPI dos Bancos explicar o que o ex-presidente do Banco Central deixou de esclarecer”. Para o senador, tanto poderia ser o ministro da Fazenda, Pedro Malan, como o ministro do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, ou o atual presidente do Banco Central, Armínio Fraga. O momento, no

entanto, não seria este, disse ele.

Antonio Carlos afirmou que antes do incidente com Francisco Lopes não defendia o depoimento de outro representante do governo (Armínio Fraga já foi ouvido uma vez pela CPI), porque esperava que “o ex-presidente do Banco Central desse as informações necessárias ao esclarecimento dos fatos”. A negativa de Lopes em depor frustrou a sociedade, na opinião do senador, “daí ser conveniente que mais adiante venha alguém à comissão”.

Gilvam diz que investigações devem ser aprofundadas

“É preciso ir fundo nas averiguações”, conclamou ontem o senador Gilvam Borges (PMDB-AP), ao sugerir a quebra de quantos sigilos telefônicos, fiscais e bancários forem necessários para que a CPI do Sistema Financeiro realize seus objetivos, passando a limpo o sistema financeiro e dando-lhe mais confiabilidade e transparência. “Fora os corruptos, fora os irresponsáveis e vamos ao encontro do povo”, pregou ele.

Classificando de “incestuosas” as relações entre o interesse público e o privado, na área financeira, Gilvam Borges defendeu dois tipos de qua-

rentena para os dirigentes do Banco Central – a quarentena de entrada, em que o candidato, nos quatro anos anteriores à sua nomeação, não poderá ter exercido cargos no sistema financeiro privado; e a quarentena de saída, em que o ex-diretor não poderá ter vínculos com o sistema financeiro privado nos quatro anos seguintes a sua exoneração.

Conforme o senador, a negativa de Francisco Lopes em depor na CPI do Sistema Financeiro deixou patente a necessidade urgente de uma profunda devassa em todo o sistema, com vistas a um saneamento e a uma reforma radical, que evitem a continuidade dessas “situações escandalosas”.



Novaes confirmou ser amigo de Cacciola há mais de 30 anos



Gilvam prega uma devassa em todo o sistema financeiro

Versão de juiz não convence CPI

Senadores ouvem presidente em exercício do TRT da Paraíba sobre denúncias de nepotismo e outras irregularidades, mas consideram vagas as explicações

O presidente em exercício do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT-PB), Ruy Elóy, compareceu ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito que apura irregularidades no Poder Judiciário para explicar acusações de nepotismo, superfaturamento na aquisição de imóveis, apropriação de recursos públicos e compras sem licitação.

No depoimento de mais de quatro horas, o magistrado apresentou documentos que, segundo ele, comprovariam a legalidade de seus atos. No entanto, os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da CPI; Carlos Wilson (PSDB-PE), vice; e Paulo Souto (PFL-BA), relator, afirmaram que as justificativas não convenceram:

– O depoimento não alterou a minha convicção de que o nepotismo existe e o superfaturamento ocorreu. O relatório final deverá conter essas avaliações – resumiu Carlos Wilson.

Os senadores consideraram vagas as explicações do magistrado, principalmente aquelas em que ele alega “que os

fatos foram praticados antes da sua gestão como presidente do tribunal”. Para Ramez Tebet, o depoimento não acrescentou muito, constituindo apenas uma “autodefesa” do juiz. “As suspeitas não foram afastadas e as irregularidades no TRT da Paraíba podem ser deduzidas pelo próprio depoimento”, concluiu.

Ruy Elóy tentou rebater uma a uma as denúncias feitas na própria CPI pelo servidor do TRT-PB Antonio de Pádua. Com relação às acusações de contratação de parentes para cargos no tribunal, Elóy disse que as nomeações de três de seus filhos foram feitas sem o seu conhecimento:

– Minha filha, Romeica de Almeida Elóy, foi contratada quando eu ainda era juiz de primeira instância. Outros dois filhos são concursados e ocupam cargos de confiança que não são da minha



Plenário da CPI do Judiciário: juiz Ruy Elóy tentou rebater acusações de irregularidades em sua gestão mas, segundo senadores, não apresentou fatos

nomeação – argumentou.

A acusação de que teria determinado a aquisição de computadores pela comissão de concursos do tribunal junto à empresa de propriedade de um dos seus filhos teve explicação semelhante. Ruy Elóy alegou que não era o ordenador das despesas da comissão, mas admitiu, após questionamento do senador Paulo Souto (PFL-BA), que

autorizou a compra de equipamentos na empresa de seu filho.

O juiz, que presidiu a comissão do último concurso no tribunal e participou da coordenação de outros três, assumiu ainda que uma de suas filhas participou como fiscal das provas dos três últimos certames. Uma delas trabalhou no concurso realizado em 1995, quando tinha apenas 17 anos.

Fogaça quer regulamentar procedimentos

O senador José Fogaça (PMDB-RS) defendeu ontem a aprovação de projeto de lei regulamentando os procedimentos internos das CPIs, tais como definição clara de seus objetivos e estabelecimento de direitos e deveres das testemunhas ou depoentes:

– Essa providência é urgente para impedir que a imprensa e a população continuem a dizer que a CPI não deu em nada, por não entender que a comissão não tem poderes para julgar ou executar sentença.

Fogaça admitiu que o fato de a CPI ter poderes de autoridade judicial “colou” na comissão uma imagem de poder dar sentenças e veredictos, punir culpados e colocar na cadeia. “Na verdade, ela somente investiga fatos determinados, reúne evidências e coleta

provas, enviando tudo ao Ministério Público, a quem compete indiciar ou processar denunciados”, disse. O senador manifestou preocupação com a urgência de uma definição clara para os direitos e deveres dos depoentes. “Torna-se necessária a definição de um limite entre o direito do silêncio e o crime de obstrução da Justiça, pois o depoente não pode impedir os trabalhos investigativos da CPI”, avaliou.



Fogaça: CPI precisa ter limites bem definidos

Álvaro diz que governo nada tem a temer

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) afirmou ontem que o governo não tem nada a temer com a realização das CPIs do Judiciário e do Sistema Financeiro. “O país vive

momento de normalidade institucional e econômica, a credibilidade externa não está abalada. Ao contrário do que muitos temiam, investigar e combater corrupção não está comprometendo a imagem do país no exterior”, garantiu.

Para Dias, o pior da crise econômica já passou. “A inflação está sob controle, os investimentos externos estão voltando, o câmbio estável em torno de R\$ 1,75 por dólar, o que é bom para as exportações. O cenário é muito positivo na economia e o funcionamento das CPIs, em clima de normalidade, está reforçando a democracia e tornando as instituições mais fortes. Sem dúvida, rompemos os limites estabelecidos pelo medo de o sistema democrático ser frágil e sem defesas”, acrescentou.



Álvaro: país vive momento de normalidade

Relator estranha nomeações

O relator Paulo Souto considerou estranha a nomeação pelo presidente em exercício do TRT da Paraíba, Ruy Elóy, de oito juízes classistas ligados ao Sindicato dos Corretores de Imóveis de João Pessoa. As nomeações estão sendo questionadas na Justiça:

– São oito nomeações em 18 possíveis, indicadas por um mesmo sindicato. Aparentemente, isso não é normal – avaliou o relator, após o depoimento de ontem na CPI.

O senador Djalma Bessa (PFL-BA) fez referência às avaliações dos imóveis adquiridos pelo tribunal, que estão sendo investigadas pela CPI. “A avaliação foi feita por corretores de imóveis. A categoria até então não possuía representação entre os classistas, e depois disso foram feitas oito nomeações”, observou o senador, ao perguntar se as nomeações tinham alguma relação com a avaliação dos imóveis do TRT. Ruy Elóy disse que as avaliações foram feitas antes de ele ser indica-

do para a presidência do tribunal.

Diante das alegações do depoente de que as irregularidades teriam sido praticadas antes de sua posse na presidência do tribunal, o senador Jefferson Péres (PSDB-AM) quis saber por que Ruy Elóy não demonstrou interesse em investigá-las. O juiz alegou que a legislação não permite a investigação de fatos que já estejam sendo analisados pela Justiça. A explicação não convenceu o senador. “Temos visões diferentes do que seja o interesse público”, afirmou Jefferson.

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO), diante da avaliação positiva feita pelo juiz em relação ao procurador Eithel Santiago e do juiz do TRT-PB, Vicente Vanderlei, que confirmaram as acusações feitas por Antonio de Pádua, lembrou que a recíproca não é verdadeira. “Se o que eles disseram não for verdade é o caso de submetê-los a um exame de sanidade mental”, ironizou.

ACM constata “imoralidades”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que o depoimento do juiz Ruy Elóy comprovou as irregularidades denunciadas. “Ele apenas comprova, da maneira como responde, que é tudo verdade. Constatou-se a existência de grandes imoralidades no tribunal, que ele, até aqui, não evitou”, observou. O senador contestou os esforços do depoente para minimizar as acusações que pesam sobre a admissão de 565 funcionários pelo TRT:

– As contratações são totalmente irregulares, e isto está comprovado na vasta documentação trazida antes perante a comissão. Ele está tentando defender-se,

o que não está conseguindo.

Antonio Carlos não quis opinar sobre a possível convocação do ministro Almir Pazzianotto, para esclarecimentos sobre acusação do juiz Vicente Vanderlei, que diz ter sido afastado da presidência do TRT-PB por ter tentado moralizar a administração do tribunal:

– Tenho certeza que a CPI fará tudo que for necessário, mas só o presidente ou o relator podem responder.

Quanto ao adiamento do depoimento do ex-presidente do TRT-SP, juiz Nicolau dos Santos Neto, o presidente do Senado disse que a comissão não teria como negar: “Só vai atrasar um pouco”, disse.

Ex-presidente do TRT de São Paulo consegue adiar depoimento

A CPI do Judiciário aprovou o adiamento do depoimento do ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, Nicolau dos Santos Neto, que estava marcada para hoje. Pesam contra o juiz denúncias de superfaturamento na construção do edifício-sede das juntas de conciliação e julgamento de São Paulo, além de outras irregularidades.

Atendendo a pedido do juiz, que alegou não ter condições emocionais de depor, os senadores remarcarão o depoimento para a próxima terça-feira, às 11h. O pedido foi apresentado pelo advogado de Nicolau dos Santos, Alberto Zacarias Toron, que garantiu a apresentação de um atestado médico comprovando o estado de saúde de seu cliente.

Os senadores não acreditam que se repita o episódio da última segunda-feira na CPI dos Bancos, quando o ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, se recusou a assinar o termo de compromisso necessário ao depoimento. “A maneira de colocar as coisas foi diferente, e além do mais o advogado do juiz Nicolau garantiu que seu cliente compareceria, mesmo doente, caso a comissão indeferisse seu pedido”, argumentou o senador Carlos Wilson (PSDB-PE).

O relator, Paulo Souto (PFL-BA), disse que uma recusa em depor significaria o “reconhecimento tácito” das



Paulo Souto acha que recusa em depor significaria “reconhecimento tácito” das acusações

acusações que são feitas. O senador Amir Lando (PMDB-RO) afirmou a respeito do adiamento: “É melhor um acordo do que irmos à compulsão. A grandeza da CPI está na sabedoria de buscar a verdade dos fatos”.

HOJE

A CPI confirmou para hoje, às 10h, o depoimento do deputado Geovani Queiroz (PDT-AM), que tem denunciado irregularidades em obras públicas. Na próxima semana depõem, além de Nicolau dos Santos Neto, Floriano Vaz da Silva, atual presidente do TRT-SP, José Vitor Noro e Délvio Bufulin, ex-presidentes do tribunal.

CCJ aprova anistia de eleitor que não votou

Acolhido em caráter terminativo, o projeto, de autoria de Gerson Camata, prevê que sejam anistiadas todas as multas aplicadas pela Justiça Eleitoral entre 7 de abril e 25 de outubro de 98

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN), aprovou ontem projeto de autoria do senador Gerson Camata (PMDB-ES) que anistia todas as multas aplicadas pela Justiça Eleitoral entre 7 de abril e 25 de outubro do ano passado. O projeto estende a anistia às multas aplicadas aos eleitores que deixaram de votar nos pleitos de 4 e 25 de outubro de 1998.

Aprovado por unanimidade em caráter terminativo, caso não haja recurso para sua votação pelo plenário do Senado, o projeto seguirá diretamente para apreciação da Câmara dos Deputados. O relator da matéria, senador Edison Lobão (PFL-MA), lembrou em seu parecer favorável que o artigo 45 da Lei 9.504/97 estabeleceu multa para a emissora de rádio e televisão que difundisse opinião contrária ou favorável a determinado candidato ou partido.

Lobão destacou argumento de Camata, segundo o qual "em plena democracia chegou-se, em muitos estados, a uma situação comparável à das mais sombrias ditaduras: sob o manto protetor da lei e em nome da sua aplicação, podia-se falar a favor do governo, mas não criticá-lo".

Como Lobão não pôde comparecer à reunião da comissão, José Agripino designou o senador Romeu Tuma (PFL-SP) relator *ad hoc* (para isto).

Defensor da obrigatoriedade do voto, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) afirmou que, na prática, ele já é facultativo, já que, depois de cada eleição, uma lei perdoa aqueles que não cumpriram com o dever.

O senador Roberto Freire (PPS-PE) manifestou sua preocupação com ingerências da Justiça Eleitoral em temas políticos. Ele informou que está sendo processado por ter lançado um candidato a presidente da República fora do prazo legal estipulado.

Lúcio Alcântara disse que a culpa também cabe aos legisladores, que muitas vezes impingem à lei determinações tão esdrúxulas que a Justiça Eleitoral não pode sequer agir.

Já Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) destacou a necessidade de se alterar o artigo 45 da referida lei.

CONSULTA

A CCJ também decidiu que o empresário Blairo Borges Maggi, primeiro suplente do senador Jonas Pinheiro (PFL-MT), terá de deixar a direção das empresas que comanda, beneficiadas por incentivos fiscais, para assumir o cargo no próximo dia 4. A decisão, unânime, acompanhou o parecer do relator, senador Lúcio Alcântara.

A comissão rejeitou o projeto da Câmara que obriga os motoristas flagrados sob efeito de drogas e de álcool a frequentarem cursos de prevenção ao uso dessas substâncias.

O pedido partiu do próprio relator, senador Romeu Tuma, segundo o qual o novo Código de Trânsito já trata com bastante propriedade do assunto.

Outro tema constante da pauta, o projeto de lei que altera o rito processual e de julgamento de ações diretas de inconstitucionalidade e de ações declaratórias de inconstitucionalidade, teve vista coletiva concedida aos integrantes da comissão.

Substitutivo recebe emendas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) também aprovou, por unanimidade, duas emendas de plenário à proposta de emenda constitucional (PEC) de autoria do senador licenciado José Serra (PSDB-SP) que altera os artigos da Constituição que tratam do sistema financeiro nacional.

O relator da matéria, senador Jefferson Péres (PDT-AM), acolheu parcialmente a emenda de Bello Parga (PFL-MA), que dá maior clareza à redação do seu substitutivo, e outra de Lúcio Alcântara, que torna explícito que o sistema financeiro engloba as cooperativas de crédito.

A proposta de Serra permite que o sistema financeiro seja regulamentado por leis ordinárias e não por uma só lei complementar, como prevê a Constituição. O parecer de Jefferson Péres, aprovado anteriormente pela comissão, não aceita a regulamentação por lei ordinária, e mantém a exigência de lei complementar, mas concorda que sejam várias leis.

O senador Romeu Tuma parabenizou Jefferson pelo relatório. O senador José Fogaça (PMDB-RS) lembrou que há nove anos o Congresso tenta regulamentar o sistema financeiro, mas sua complexida-

de torna impossível que isso seja feito em uma única lei complementar.

SERRA PELADA

A CCJ também aprovou parecer favorável a projeto de decreto legislativo que devolve aos garimpeiros de Serra Pelada uma área de 100 hectares destinada à atuação da cooperativa por eles criada. A área fora desmembrada da lavra detida pela Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que foi privatizada. O decreto pretende revogar uma nota do Ministério da Infra-Estrutura, homologada pelo presidente, que retira a área destinada à cooperativa pelo Decreto 74.509/74, retificado pela Lei 7.194/84.

O senador Iris Rezende (PMDB-GO), designado pelo presidente da CCJ, senador José Agripino, relator da matéria, lembrou que o decreto legislativo foi sugerido pela comissão parlamentar especial que esteve no local para apurar a situação dos garimpeiros, em 1996. O senador Roberto Freire observou que a Constituição dá preferência aos garimpeiros para a exploração do subsolo. O projeto será submetido a votação em turno suplementar na próxima reunião da CCJ, por tratar-se de um substitutivo à matéria original.



Caso não haja recurso, o projeto de Camata aprovado ontem pela CCJ será enviado à Câmara sem ser apreciado pelo plenário do Senado

CAS

Subprocurador defende medidas protecionistas

O subprocurador-geral da República e procurador federal dos Direitos do Cidadão, Wagner Gonçalves, disse ontem, em audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que o Brasil deve se proteger do avanço internacional colocando sobretaxas para a importação, assim como os Estados Unidos, a União Européia e o Japão fazem com os produtos brasileiros.

Wagner Gonçalves também falou das mudanças na aplicação dos recursos ob-



Wagner criticou mudança feita em acordo com o Bird

tidos pelo Brasil pelo acordo com o FMI. O contrato com o Bird estabelece que US\$ 4 bilhões deveriam ser empregados para evitar "distorções sociais".

No entanto, quando a mensagem do acordo com o FMI foi enviada ao Senado, aquela cláusula foi alterada e esses recursos foram aprovados como sendo para pagar a dívida pública.

O senador Osmar Dias (PSDB-PR) esclareceu que foi o relator da matéria e fez essa advertência em seu parecer.

Gregori propõe debate com ONGs

O secretário nacional dos Direitos Humanos, José Gregori, disse ontem, durante audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais do Senado (CAS), que está empenhado em reunir entidades representativas dos direitos humanos e instituições financeiras internacionais, além de ONGs ligadas a essa área, em uma conferência com o objetivo de analisar os fenômenos financeiros, principalmente a alta volatilização de capitais e seus efeitos sobre as condições de vida das populações dos países pobres.

A audiência pública foi requerida pelo presidente da CAS, senador Osmar Dias, com o objetivo de fazer "levantamento dos principais problemas sociais do país e análise de suas causas".

Gregori condenou o ataque desferido à economia brasileira em janeiro passado e a sua repercussão na mídia internacional. Ele lembrou que, mesmo estando o Brasil naquele momento com suas obrigações em dia, os jornais e as televisões do mundo inteiro afirmavam o contrário, "pintando um quadro caótico da nossa economia, sem nos dar



Na audiência, Gregori (à direita) sugeriu a presença das ONGs no debate financeiro

direito de defesa."

Pedro Simon (PMDB-RS) alertou José Gregori para distorções ocorridas na aplicação dos dispositivos constitucionais, no que diz respeito aos direitos sociais. Para ele, as restrições à escuta telefônica têm ajudado a proteger contrabandistas, traficantes e assaltantes do erário público. "São avanços que estão sendo usados para garantir o sigilo bancário dos ladrões", protestou Simon.

Gregori também advertiu para as mudanças produzidas pelas inovações tecnológicas, sobretudo na área financeira, que apontam para a necessidade de criação de normas adequadas a essa nova realidade. Esse seria um dos objetivos da conferência internacional que ele pretende realizar com as instituições financeiras e de direitos humanos.

Instalada comissão do Mercosul

A Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul instalou seus trabalhos ontem, quando foi eleita a nova mesa diretora, que ficou assim constituída: presidente, deputado Júlio Redecker (PPB-RS); vice-presidente, senador José Fogaça (PMDB-RS); secretário-geral, senador Jorge Bornhausen (PFL-SC); secretário-geral adjunto, deputado Feu Rosa (PSDB-ES).

A comissão tem competência para, entre outras questões, ser a representação do Congresso Nacional junto ao Mercosul, e é integrada por oito senadores e igual número de deputados. Tem como presidente de honra o senador José Sarney (PMDB-AP).

Integram ainda a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul os senadores Casildo Maldaner (PMDB-SC), Roberto Requião (PMDB-PR), Geraldo Althoff (PFL-SC), Álvaro Dias (PSDB-PR), Pedro Piva (PSDB-SP) e Emília Fernandes (PDT-RS) e os deputados Ney Lopes, Santos Filho, Confúcio Moura, Germano Rigotto, Nelson Marchezan, Júlio Redecker e Luiz Mainard.

Bezerra fala sobre incentivos fiscais

Os grandes projetos de infra-estrutura nas áreas de atuação da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e no Estado do Espírito Santo vão receber mais incentivos fiscais do governo.

É o que prevê a Medida Provisória nº 1.740-29, que foi reeditada e deverá ser votada pelo Congresso em breve. O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defende a medida em entrevista à TV Senado que irá ao ar hoje, às 12h30 e 18h30. Ele acha que esses incentivos podem contribuir para solucionar o problema energético brasileiro.

Responsabilidade penal dos jovens

Os maiores de 16 anos, que já podem votar, também devem ser imputados criminalmente em casos especiais, defendeu o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) durante participação no programa *Debate*, da TV Senado, que irá ao ar hoje, às 13h30 e 21h15.

Ele argumenta que a inimputabilidade criminal para menores de 18 anos tem sido entendida por vários segmentos sociais como sinônimo de impunidade.

O psiquiatra Jorge Salim Rizk, que também participa do debate, lembra que impor limites na criação dos filhos é fundamental. "Perdemos os valores e a referência, principalmente com os adolescentes", analisou ele.

Maguito propõe fusão de tribunais de contas

Emenda à Constituição prevê incorporação de órgãos que cuidam de contas municipais pelos que fiscalizam as contas dos estados

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou ontem proposta de emenda à Constituição prevendo a incorporação dos tribunais de contas dos municípios pelos tribunais de contas dos estados. Ele explicou que sua iniciativa tem como objetivo evitar a superposição de órgãos com finalidade semelhante e a redução dos gastos públicos.

Maguito Vilela informou que quando foi deputado federal constituinte apresentou projeto proibindo a criação de novos tribunais de contas de municípios. Ele lembrou que o projeto foi aprovado, mas que os tribunais já existentes, nos estados de Goiás, Ceará, Bahia e Pará, permaneceram.

– Nestes quatro estados, os dois tribunais funcionam paralelamente. Eles cumprem funções muito semelhantes, mas com duas sedes, o dobro do número de conselheiros, de servidores, de automóveis, de diárias e por aí vai – justificou Maguito Vilela.

Além de propor a incorporação dos tribunais e conselhos de contas dos municípios aos tribunais de contas dos respectivos estados, a PEC apresentada por Maguito Vilela determina que, em função do direito adquirido, os conselheiros dos tribunais municipais sejam aproveitados nos tribunais de contas estaduais.

VAGAS

A proposta de Maguito Vilela também veda o preenchimento de vaga de conselheiro do tribunal de contas do estado enquanto houver sete ou mais conselheiros em atividade. Os cargos de conselheiro serão extintos à medida que ficarem vagos, até que se volte ao número de sete, determinado pela Constituição federal.

– Da mesma forma serão extintos, na medida que se tornarem vagos, os cargos existentes nos tribunais de contas dos municípios que forem incorporados. Isso se faz necessário pois, de outro modo, seria frustrado o nosso objetivo de reorganização



Maguito diz que tribunais funcionam paralelamente, onerando os cofres públicos

das cortes de contas estaduais, especialmente quanto à redução de despesas – completou.

CCJ vai manifestar-se sobre projeto que trata da previdência de servidores

O Senado aprovou ontem requerimento do senador José Eduardo Dutra (PT-SE) para que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania também seja ouvida sobre projeto do senador Luiz Estevão (PMDB-DF) que trata da organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência dos servidores da União, estados, Distrito Federal e municípios, e dos militares dos Estados e do Distrito Federal.

Na mesma sessão, o plenário aprovou requerimento do senador Osmar Dias (PSDB-PR) para permitir a tramitação conjunta dos Projetos de Lei n.ºs 177/99 e 199/99. Eles tratam de regras para a organização e funcionamento dos regimes próprios de previdência sociais dos servidores públicos. Na presidência da sessão, o senador Geraldo Melo (PSDB-RN) anunciou que os dois projetos vão à Comissão de Constituição e Justiça e, posteriormente, retornarão à Comissão de Assuntos Sociais, em

decisão terminativa.

Os senadores aprovaram ainda requerimento do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) para permitir a tramitação conjunta dos Projetos de Lei n.ºs 11/99 e 28/99, por tratarem da instituição do Fundo Constitucional de Financiamento do Distrito Federal. O senador Geraldo Melo informou que os dois projetos retornam agora à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Foi aprovado também requerimento dos líderes partidários solicitando urgência para o Projeto de Resolução n.º 50/99, que autoriza a prefeitura de Montes Claros (MG) a contratar operação de crédito com o fundo de investimento do Programa de Saneamento Ambiental, Organização e Modernização dos Municípios, administrado pelo Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, no valor de R\$ 6,6 milhões. Essa matéria estará na Ordem do Dia da próxima terça-feira (dia 4).

Ronaldo condena decisão de juiz de arquivar impugnação de candidato

O senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) apresentou ontem denúncia contra o Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba (TRE) relativa ao arquivamento, pelo juiz Josias Gomes dos Santos, de ação de impugnação, à época, da candidatura do governador paraibano José Maranhão. O senador Gilvam Borges (PMDB-AP) pediu cópias do processo para sugerir a convocação imediata do juiz do TRE pela CPI do Judiciário.

Ronaldo contou que durante a convenção de seu partido para escolha do candidato ao governo do estado, em julho do ano passado, convencionais foram confinados em um hotel na cidade de Natal, capital do Rio Grande do Norte, dois dias antes da convenção.

– Ali ficaram confinados, incomunicáveis, vigiados pelo secretário de Segurança Pública da Paraíba, acompanhado de policiais, vigiados por outros secretários de estado e por diretores de empresas estatais, inclusive o presidente do Banco do Estado da Paraíba – lembrou o senador.

Segundo Ronaldo Cunha Lima, foram tomadas providências junto ao Ministério Público mas nada pôde ser feito, porque o juiz corregedor se negou a adotar qualquer medida, alegando que a denúncia não vinha acompanhada de provas, e determinou o arquivamento da petição.



Ronaldo afirma que juiz, além de integrante do TRE, é assessor especial do governador

O senador disse que o fato foi encaminhado por meio de representação ao TRE da Paraíba, solicitando a impugnação da candidatura de José Maranhão, sob a alegação de abuso de poder econômico, abuso de autoridade e práticas que caracterizam crime eleitoral.

Ronaldo informou que o juiz relator determinou o arquivamento de todas as investigações, alegando que deveria ser feito pedido de impugnação de registro e não de investigação. Conforme o senador, foi feito, então, o pedido de impugnação, que foi arquivado porque não se realizou a investigação.

Das decisões do TRE, prosseguiu Ronaldo, houve recursos para o Tribu-

nal Superior Eleitoral (TSE), que decidiu baixar os autos para que o TRE julgasse o mérito da ação, apreciando as provas que estavam condensadas em mais de 30 volumes. Entretanto, mais uma vez, o TRE concluiu pelo arquivamento.

IMPUGNAÇÃO

Como não houve julgamento até então da impugnação, e tendo o candidato impugnado sido eleito, informou o senador, os autores das representações e posteriormente da impugnação ajuizaram ação de impugnação de mandato eletivo. A ação foi distribuída no final de dezembro do ano passado ao juiz Josias Gomes dos Santos Neto.

– Decorridos quatro meses do ajuizamento da ação, o dr. Josias profere despacho monocrático, declarando a extinção do feito e seu arquivamento, sem ouvir sequer a parte contrária – denunciou o senador.

Ronaldo Cunha Lima afirmou que o juiz relator Josias Gomes dos Santos é membro do TRE e assessor especial do governador, lotado na Procuradoria Geral do Estado. O senador observou que “exercente de cargo em comissão, demissível *ad nutum*, não poderia, nem pode ser juiz e ainda mais relator de processo em que seu patrão é réu”. O senador anunciou o ingresso de nova denúncia junto ao TSE.

Valadares considera decisão do governo “uma falta de humanidade e de solidariedade”



Valadares protesta contra fim das frentes de trabalho no Nordeste

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) protestou ontem contra a extinção das frentes emergenciais de trabalho no Nordeste, anunciada pela imprensa. Segundo o senador, o presidente Fernando Henrique Cardoso vai baixar decreto que acaba com as frentes de trabalho atendendo a recomendação da área econômica do governo e a uma exigência do Fundo Monetário Internacional (FMI). “É uma falta de humanidade e de solidariedade humana, quando milhares de irmãos nossos estão passando fome”, afirmou o senador.

Valadares lembrou que o governo liberou recursos no valor de R\$ 120 milhões para pagar salários de frentistas, atrasados há dois meses.

Segundo o senador, cada frentista recebe R\$ 80,00 por mês. Ele disse ainda que a estiagem que se abate sobre o Nordeste e, especialmente, em Sergipe, vai continuar porque as chuvas de abril não ocorreram e a meteorologia não prevê chuvas.

O senador afirmou que projetos de infra-estrutura, que trazem soluções permanentes ao problema da seca, estão engavetados no governo e o custo deles “não é nada perto do Proer e do que o FonteCindam e o Marka levaram em 24 horas”. Valadares declarou que a bancada federal de Sergipe fechou questão, após reunião que contou com a presença do governador, em torno da necessidade de o governo federal manter o programa de frentes de trabalho no Nordeste.

Senadores discutem privatização do setor elétrico

Presidentes da Eletrobrás e da Chesf são ouvidos em debate com os integrantes das comissões de Serviços de Infra-Estrutura e de Fiscalização e Controle sobre a transferência das duas empresas à iniciativa privada

Os presidentes da Eletrobrás, Firmino Ferreira Sampaio Neto, e da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), Mozart de Siqueira Campos Araújo, explicaram ontem a política de privatização que está sendo implementada no setor elétrico aos integrantes da Comissão de Fiscalização e Controle, presidida pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), e da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, presidida pela senadora Emilia Fernandes (PDT-RS).

Emilia Fernandes destacou o papel das comissões como fóruns de discussão e debate do Senado com a sociedade. A senadora observou que o processo de privatização no setor elétrico é da maior importância para o país por ser essa área a mola-mestra do desenvolvimento, principalmente para a região Norte.

O presidente da Eletrobrás falou sobre a legislação que orienta o processo de privatização do sistema Eletrobrás e que reformulou a estrutura de normati-

zação e fiscalização do setor, com a criação da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). Firmino lembrou ainda que a Eletrobrás é apenas executora de políticas governamentais e de decisões de instâncias superiores.

A cisão da Chesf no processo de privatização foi explicado pelo presidente da empresa, Mozart de Siqueira Campos Araújo. Ele abordou a contratação de uma consultoria independente que estudou a empresa e sugeriu algumas alternativas de cisão para a privatização.

Mozart disse que foi escolhida a opção que dividia a Chesf em quatro novas empresas, sendo três empresas de geração e uma empresa de transmissão e distribuição de energia.

No entanto, continuou o presidente da Chesf, o processo foi interrompido após reunião com lideranças políticas regionais que solicitaram alterações e decidiu-se aprofundar a discussão sobre as opções em análise com todas as partes envolvidas.

— Considerando que 95% da geração da Chesf se dá a partir das águas do São Francisco, no trecho compreendido entre Sobradinho, a 804 km, da foz e Xingó, a 204 km da foz, e ainda, que a geração da Chesf é bastante complexa e resultado da interdependência das suas usinas, onde os lagos de Sobradinho e Itaparica regulam toda a vazão para as demais usinas, vários conflitos se instalarão, o que trará sérias conseqüências para o Nordeste, tanto do ponto de vista do preço da energia, assim como, principalmente em relação ao uso múltiplo das águas do rio São Francisco — observou Mozart de Siqueira.



Os senadores Romero Jucá e Emilia Fernandes presidiram a reunião realizada em conjunto pela CFC e pela Comissão de Infra-Estrutura

Humberto Lucena é lembrado em livro

Em ato realizado na Biblioteca do Senado Federal contou com a presença do vice-presidente da República, Marco Maciel, foi lançado ontem o livro *Humberto Lucena, o Verbo e a Liderança*, de autoria da jornalista paraibana Fátima Araújo, publicado pela editora Texto e Arte com o apoio do jornal *A União*, da Paraíba.

A solenidade contou com a presença da viúva do ex-senador, Ruth Lucena, e dos três parlamentares que formam a bancada da Paraíba no Senado — Ney Suassuna (PMDB), Wellington Roberto (PMDB) e Ronaldo Cunha Lima (PMDB), além dos senadores Carlos Patrocínio (PFL-TO) e Marluce Pinto (PMDB-RR).

Em um discurso emocionado, o primeiro-secretário do Senado, Ronaldo Cunha Lima, afirmou que o livro era um testemunho do apreço, da saudade e da vida de Humberto Lucena. Lembrou episódios dos quais participou juntamente com o ex-senador, como as suas peregrinações durante a campanha eleitoral de 1994, quando Lucena



O vice-presidente da República Marco Maciel (C) prestigiou o lançamento da obra

buscava sua reeleição e Ronaldo também era candidato a uma cadeira no Senado.

Ronaldo Cunha Lima lembrou as denúncias contra o ex-senador, de impressão de calendários pela gráfica do Senado, afirmando que em nenhum momento, mesmo que seus correligionários tentassem convencê-lo a dizer que foram feitos calendários para muitos outros, jamais admitiu que se fizesse denúncias contra seus colegas senadores.

O senador Wellington Roberto (PMDB-PB) salientou que o livro é uma oportunidade para que as gerações fu-

turas possam conhecer um pouco da vida e da atuação do ex-senador em “um país carente de memória”. Ney Suassuna (PMDB-PB) destacou a serenidade de Humberto Lucena mesmo em momentos críticos e lembrou a sua presença em acontecimentos da história do país.

Por último, a jornalista Fátima Araújo, em um breve discurso, afirmou que para contar toda a trajetória política de Humberto Lucena seriam precisos anos de pesquisa, mas entendeu ser importante, mesmo em poucas palavras, deixar para o país essas “pinceladas literárias” sobre o ex-senador.

Prodasen explica projeto Interlegis

O Centro de Informática e Processamento de Dados do Senado Federal (Prodasen) reuniu 16 diretores de informática de assembleias legislativas interessadas no projeto Interlegis. Em reunião com diretores do Prodasen e técnicos do Interlegis, os visitantes conheceram detalhes do projeto, suas metas e o cronograma de implantação de equipamentos nas assembleias estaduais e câmaras municipais.

Trata-se da primeira grande reunião com representantes de assembleias legislativas após aprovação do empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para o Interlegis. Está prevista a instalação de salas de multiuso nas 27 assembleias legislativas do país, além de outras na Câmara dos Deputados e no Tribunal de Contas de União (TCU).



Presidente do México visita ACM

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, recebeu na terça-feira o presidente do México, Ernesto Zedillo Ponce de León (foto), que visitou o Congresso Nacional como parte da programação de visita oficial ao Brasil.

O presidente mexicano e sua comitiva foram recepcionados no Salão Nobre, e Antonio Carlos teve a

oportunidade de fazer breve relato do andamento das reformas institucionais no Legislativo, reiterando-lhe a intenção de realizar “ampla reforma do Poder Judiciário”.

O embaixador do México no Brasil, Jorge Eduardo Navarrete, acompanhou o presidente de seu país durante a visita.



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 28 DE ABRIL DE 1999

1

Requerimento n.º 153, de 1999 (do senador José Eduardo Dutra). Solicita que seja ouvida, também, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre o Projeto de Lei do Senado n.º 177, de 1999, de autoria do senador Luiz Estevão, que altera a Lei n.º 9.717, de 27 de novembro de 1998, que dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, dos militares dos estados e do Distrito Federal, e regulamenta o § 2º do art. 201 da Constituição, e dá outras providências.
Resultado: Aprovado. O Projeto de Lei do Senado n.º 177, de 1999, vai também à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

2

Requerimento n.º 142, de 1999 (do senador Osmar Dias). Solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n.º 177 e 199, de 1999, por versarem sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, dos militares dos estados e do Distrito Federal.
Resultado: Aprovado. Os Projetos de Lei do Senado n.º 177 e 199, de 1999, passam a tramitar em conjunto, vão, também, à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, e posteriormente retornam à Comissão de Assuntos Sociais, em decisão terminativa. Ficam prejudicados os Requerimentos n.ºs 171 e 174, de 1999, que versam o mesmo assunto.

3

Requerimento n.º 157, de 1999 (do senador José Roberto Arruda). Solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado n.ºs 11 e 28, de 1999, por versarem sobre a instituição do Fundo Constitucional de Financiamento do Distrito Federal.
Resultado: Aprovado. Os Projetos de Lei do Senado n.ºs 11 e 28, de 1999, passam a tramitar em conjunto e retornam à Comissão de Assuntos Econômicos, em decisão terminativa.

Fonte: Secretaria Geral da Mesa

PROGRAMAÇÃO



RÁDIO SENADO

HOJE

8h — Agenda Senado
Em seguida — Música e Informação
10h — Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida — Música e Informação
16h30 — CPI do Sistema Financeiro (ao vivo)
Em seguida — Música e Informação
19h — “A Voz do Brasil”

Em seguida — Música e informação
20h30 — “Senado em Linha Direta — Edição Nordeste”
Em seguida — Música e informação
21h — “Senado em Linha Direta — Edição Norte/Centro-Oeste”
Em seguida — Música e informação
21h30 — “Senado em Linha Direta — Edição Sul/Sudeste”
Em seguida — Música e informação
0h — Sessão Plenária (reprise)
Em seguida — Música e informação

Homenagem a Luís Eduardo emociona ACM

Senador pede a “união de todos os parlamentares pelo Brasil”, durante ato que deu ao Anexo II da Câmara o nome do ex-deputado. Mais do que nunca, acrescentou, “a vida pública brasileira precisa de homens como ele”

Emocionado, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, agradeceu a homenagem prestada ontem pela Câmara dos Deputados à memória de seu filho e ex-presidente da Casa, Luís Eduardo Magalhães. O senador pediu “a união de todos os parlamentares brasileiros pelo Brasil, nesta hora em que o país precisa de tanta unidade”.

Com a presença do vice-presidente da República, Marco Maciel, ministros de Estado, senadores, deputados e diplomatas, além do governador da Bahia, César Borges, à frente de uma comitiva de autoridades baianas, o presidente da Câmara, deputado Michel Temer, presidiu a solenidade que deu o nome de Edifício Luís Eduardo Magalhães ao Anexo II da Câmara, e inaugurou um busto do ex-presidente da Casa, juntamente com placa alusiva ao evento.

Ao lado da esposa de Luís Eduardo,

“Tenho feito da fraqueza a força”

Ao encerrar ontem a sessão solene do Congresso Nacional em homenagem à memória de Luís Eduardo Magalhães, o senador Antonio Carlos Magalhães conclamou os parlamentares a, unidos, lutar para que o Brasil dos sonhos do ex-deputado torne-se realidade.

– Apelo a todos os homens de bem para que prossigam com os ideais de Luís Eduardo, que queria um país mais moderno e mais justo. Morreu sem vê-lo. Homenagear-lhe a memória é lutar para que o Brasil dos seus sonhos seja realidade para o povo brasileiro – destacou, ao falar em seu nome e no do presidente da Câmara, Michel Temer, agradecendo a todos os deputados e senadores que se sucederam na tribuna para lembrar a figura de Luís Eduardo Magalhães e sua trajetória política.

Oradores lembram qualidades

Dos 18 oradores da sessão solene realizada pelo Congresso, os 12 deputados que ocuparam a tribuna destacaram as qualidades do ex-colega na convivência diária.

Primeiro a discursar, o deputado Inocêncio de Oliveira (PE), líder do PFL na Câmara, disse que seu companheiro de partido foi o maior político de sua geração e “um exemplo para todos”.

O líder do PSDB na Câmara, deputado Aécio Neves (MG), afirmou que uma das principais preocupações de Luís Eduardo Magalhães foi consolidar a imagem da Câmara dos Deputados como “a mais representativa das instituições democráticas”.

Autor do requerimento para realização da homenagem, o deputado José Carlos Vieira (PFL-SC) disse que Luís Eduardo “colocava os interesses da coletividade acima dos seus pessoais”.

Em nome da liderança do PMDB, o

Michelle, e de seu neto, Luís Eduardo Magalhães Filho, Antonio Carlos ficou comovido com as referências de Temer à vida pública de Luís Eduardo, sua postura e caráter, destacando a “liderança e a dignidade” com que exerceu seus mandatos. O senador agradeceu ao deputado José Rocha, que propôs a homenagem, e ao presidente Michel Temer, pela acolhida da idéia.

Em seu pronunciamento, ao final da solenidade, Antonio Carlos apontou a trajetória política e a postura de Luís Eduardo como exemplo para os homens públicos do país, enfatizando que “a vida pública brasileira, mais que nunca, precisa de homens como ele”. O senador destacou, ainda, que todas as homenagens prestadas a seu filho, por ocasião do primeiro aniversário de sua morte, “crescem em significado, porque cultuam sua memória e seu exemplo”.

A sessão solene contou com a presença do vice-presidente da República, Marco Maciel, de ministros de Estado, embaixadores, deputados e senadores, além do governador da Bahia, César Borges, e de outras autoridades do estado.

Visivelmente emocionado, Antonio Carlos destacou que tem feito “da fraqueza a força” para honrar a memória de seu filho e apontou a homenagem do Congresso Nacional, em sessão solene, como a mais completa das homenagens que Luís Eduardo tem recebido, por todo o país, “nesta que é a sua Casa”.

Em seu apelo à união de todos os parlamentares, para “juntos, sem exceção, participarmos da construção do país e continuarmos a obra de Luís Eduardo”, o senador disse que o ex-deputado não discriminava ninguém.

deputado Geddel Vieira Lima (BA) declarou que o espírito conciliador e a liderança de Luís Eduardo fez com que o PMDB e o PFL baiano se unissem.

O deputado Arthur Virgílio (PSDB-AM) destacou a ternura que Luís Eduardo dedicava aos seus adversários e o respeito que tinha no trato com seus aliados.

O líder do PT na Câmara, deputado José Genoíno (SP), declarou que Luís Eduardo “fazia política com alegria, sem raiva ou intolerância diante da diferença”.

O deputado João Herrmann Neto (PPS-SP) relatou que, quando sua esposa teve dificuldades durante a gravidez, diante da negativa de visto do governo americano “por motivos ideológicos”, Luís Eduardo intercedeu e conseguiu para ele o passaporte e, assim, ela pôde ser tratada nos EUA. “Hoje, meu filho tem uma parte de sua família dentro dele”, disse o deputado.



Cerimônia contou com a presença do vice-presidente Marco Maciel e do presidente da Câmara, Michel Temer

Senadores destacam exemplo político

A morte do deputado Luís Eduardo Magalhães “foi prematura e comoveu todo o país, pois é difícil aceitar que tenha terminado assim uma vida marcada pelo signo da vitória e predestinada à grandeza, que parecia conduzi-lo quase inexoravelmente ao mais elevado posto da República”, disse ontem o senador Jefferson Péres (PDT-AM), na sessão solene do Congresso Nacional em homenagem à memória do ex-deputado.

O senador, que foi autor do requerimento para a realização da cerimônia, lembrou que Luís Eduardo era um político “apolíneo, elegante, educado, bom caráter e inteligente”, que tinha competência política, revelada em diferentes passagens de sua vida.

O líder do PFL, senador Hugo Napoleão (PI), disse que o ex-deputado Luís Eduardo Magalhães foi o “tecelão das grandes páginas da história brasileira”.

– Luís Eduardo teve uma vida marcante, teve amor ao Parlamento, e conduziu muito bem os trabalhos na Câmara em momentos importantes. Ele acreditava na necessidade de enxugar o Estado brasileiro. Foi um líder notável e um autêntico homem público – destacou.

Napoleão acrescentou que Luís Eduardo e Antonio Carlos Magalhães trabalhavam numa “simbiose perfeita, entendiam-se com os olhos”. Ele expressou a saudade que sente de Luís Eduardo, ao falar da forma com que conduzia os trabalhos da Câmara e negociava pelos corredores da Casa.

Pela liderança do PSDB, o senador

Geraldo Melo (PSDB-RN) disse que Luís Eduardo Magalhães trabalhou com competência política e ajudou a “edificar o país”.

– Agradeço a contribuição que Luís Eduardo deu ao país. Ele sabia conciliar como poucos, tinha a capacidade de ser enérgico e, ao mesmo tempo, aliava a isso a doçura e a afabilidade. Há de ficar a gratidão de todos nós pela participação que ele teve na edificação desse país. O que ele fez foi bem feito, porque tudo o que se faz com amor é bem feito – observou o senador do

marcantes” – destacou o senador.

Em nome da liderança do PPB, o senador Leomar Quintanilha (TO) lembrou o legado deixado por Luís Eduardo Magalhães para a política brasileira. O senador disse que o ex-deputado deixou “belos exemplos de luta e determinação” no trabalho político, que devem ser seguidos por todos.

– Luís Eduardo era equilibrado, leal, humano no trato e firme em suas posições. Ele negociava e transigia sem jamais menosprezar os adversários. Era plenamente vocacionado para o exercício da vida política e o país só tem a agradecer-lhe pelos inestimáveis serviços prestados à nação – ressaltou o senador.

Para Quintanilha, Luís Eduardo merece a maior homenagem, que é a de todos os políticos seguirem seu exemplo, continuando o esforço para dar ao país justiça social e desenvolvimento.

– O deputado Luís Eduardo Magalhães representava mais do que a esperança, encarnava a convicção de que isso era possível – concluiu.

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) destacou a lealdade do ex-deputado no trato não apenas com correligionários, mas também com adversários.

– Não cultivou nem admitia o ódio, mas vivia e pregava o entendimento, a conciliação, a busca de objetivos comuns, que favorecessem o Brasil – disse Porto.

– Com absoluto senso de responsabilidade e de realidade, praticou a “arte do possível”, em busca da utopia, da realização dos sonhos de um povo na conquista da justiça – afirmou Porto, que pediu ao senador Antonio Carlos Magalhães que fosse o depositário de todas as homenagens.

Vídeo sobre ex-deputado abriu sessão

Antes do início da sessão solene do Congresso Nacional, os parlamentares e demais autoridades presentes assistiram a um vídeo da TV Câmara sobre a vida e a carreira política de Luís Eduardo Magalhães. Na mesa, além do presidente do Congresso e pai de Luís Eduardo, senador Antonio Carlos Magalhães, estavam o presidente da Câmara dos Deputados, Michel Temer, o vice-presidente da República, Marco Maciel, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) e o deputado Ubiratan Aguiar (PSDB-CE), os dois úl-



timos membros da Mesa Diretora do Congresso.

Entre as autoridades presentes à sessão, encontravam-se o ministro Waldeck Ornelas, o governador da Bahia, César Borges, o prefeito de Salvador, Antônio Imbassahy, membros do corpo diplomático, militares, além da viúva de Luís Eduardo Magalhães, Michele, o filho, Luís Eduardo, e outros familiares.

PSDB.

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) afirmou que Luís Eduardo Magalhães tinha “nobreza de caráter” e sabia negociar com as oposições. Sua capacidade de liderança na Câmara, frisou, fez com que fosse admirado por todos. “Ele faz uma falta enorme no nosso meio e nos deixou exemplos